

I. DA SÍNTESE DOS FATOS ALEGADOS

E, ao final requer-se:

Foi publicado processo de licitação Pregão Eletrônico nº 11/2024, do tipo menor preço por item, o qual foi fixado à data da disputa em 03 de maio de 2024, às 08:15 horas.

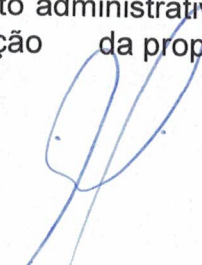
O Impugnante tem interesse em participar do item 01 e ao consultar o termo de referência (descrição do item) verifica-se que o objeto MOTONIVELADORA consta as seguintes características: "número de marchas 8 x 4; espessura da lamina 22 mm e altura da lamina 620 mm" Ocorre que tal especificação é restritiva, e contraria a legislação e jurisprudência vigentes. As exigências não possuem justificativas técnicas específicas, revelando uma indevida restrição ao caráter competitivo do certame, como será demonstrado na fundamentação.

III - DA ANÁLISE

Antes de qualquer posicionamento, é preciso frisar que a administração sempre busca o interesse coletivo, sempre primando pelos princípios basilares do direito, em especial, no caso de licitações, no princípio da competitividade e da economicidade. É preciso ressaltar de antemão que a administração pública persegue, constantemente, a eficiência na prestação dos serviços e desenvolvimento das atividades conectadas ao interesse público.

Passando ao mérito da irripugnação, nota-se que a mesma está embasada, em síntese, em suposta irrelevância de excelência relativa à especificação do descritivo do produto. Argumenta a impugnante que a exigência "número de marchas 8 x 4; espessura da lâmina 22 mm e altura da lâmina 620 mm", é restritiva e contraria a legislação e jurisprudências vigentes, restringe a competitividade e afasta certos licitantes.

Cumpre-nos registrar que o Município de Dois Vizinhos-PR, quando da elaboração de seus processos licitatórios, alinha-se ao cumprimento dos princípios norteadores da Administração Pública, elucidadcs no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988 e legislação específica de licitações perseguindo sempre a legalidade do referido ato administrativo e respeito ao princípio da ampla competitividade e obtenção da proposta mais vantajosa à Administração e pleiteia



pela garantia da excelência e eficiência da qualidade dos produtos e dos serviços a serem prestados.

Ao elaborar seu Termo de Referência, a administração municipal realizou ampla pesquisa visando definir quais as características mínimas para atender seus fins, chegando a presente descrição da máquina.

A doutrina entende que a elaboração do Termo de Referência ou Projeto

Básico é de competência multi setorial, tendo em vista que este instrumento deve ser elaborado por profissionais que possuem a *expertise* suficiente para desenhar o objeto da licitação. Dessa forma, atenderá melhor aos anseios da Administração Pública e terá maiores chances de promover uma contratação satisfatória, em seu mais amplo aspecto.

Visando ao interesse público a Administração deve descrever o objeto da licitação com todas as características que definem o seu gênero. Trata-se das características principais ou essenciais do objeto, que definem a sua funcionalidade básica. As exigências do Edital definiam as características básicas que deveria conter a máquina que melhor atendesse a necessidade do Município, o melhor custo-benefício.

O referido instrumento é inerente à fase interna ou preparatória da contratação, pois é nele que o setor requisitante define o objeto que a Administração

Pública precisa contratar. Por Esse motivo, o gestor responsável pela elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico, que neste trabalho será denominado de "setor requisitante", pode ser responsabilizado pelos erros decorrentes de tal instrumento.

Considerando, portanto, o artigo 17, § único do Decreto 10.024/2019, abaixo transcrito:

Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

II - Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;



Parágrafo único. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão. (grifo nosso)

Vendo, por meio deste, prestar esclarecimentos em forma de parecer técnico acerca da impugnação referente e ao Pregão 11/2024, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE MOTONIVELADORA**,

Insurge a proponente Questiona a descrição, referente “número de marchas 8 x 4; espessura da lâmina 22 mm e altura da lâmina 620 mm” exigidas no certame.

A quantidade solicitada do número de marchas e a foi baseada no grande percentual de relevo acidentado do interior do Município como é de conhecimento de todos, o que faz com que o Município busque equipamentos com maior desempenho e potência, sem que haja consumo maior de óleo diesel por estes equipamentos.

Quanto a espessura da lâmina vale ressaltar que é necessário seja considerado que é necessário garantir que o produto ofertado apresente certo grau de resistente pois nossa região as estradas possuem muita pedra e se faz necessário que o equipamento tenha solidez suficiente para suportar de forma econômica e adequada demanda de trabalho Município, sem quebras precoce.

Quanto a altura da lâmina foi baseado na economicidade que gerar pela demanda do Município, pois os cortes necessários de estradas vicinais necessitam que os equipamentos possuam algumas características para que possam ter mais rendimento e eficiência, pois em apenas um corte pode estar deslocando o material sem precisar retornar para outra passada, tornando além de mais ágil, mais econômica atendendo satisfatoriamente aos interesses do Município.

Ainda nesse sentido, foi realizada análise criteriosa e minuciosa para que pudesse ser abarcado o maior número de fornecedoras possíveis dentro da descrição.

Desta forma, não vemos motivos para a referida **IMPUGNAÇÃO**, pois justificamos tecnicamente as características que apresentamos. Outrossim podemos dizer que em breve análise de apenas três marcas que analisamos ambas atendem ao descritivo, CAT, DEERE e KOMATSU, sendo assim acreditamos que muitas outras marcas se enquadram nos requisitos preteridos pelo Município.



No caso aqui tratado, as características apontadas inicialmente como restritivas da participação de licitantes são, na verdade, características relevantes para aumentar a utilidade/eficiência da máquina, conforme parecer acima.

A administração tem discricionariedade para descrever um objeto, fundamentada no interesse público, visando alcançar seus objetivos. Outrossim, quem conhece as necessidades da administração é a própria administração, não as licitantes. Seria absurdo o poder público: adequar-se às necessidades dos particulares, sob pena de violação de vários princípios.

Não é o objetivo da administração acomodar, nas licitações públicas, toda e qualquer solicitação excêntrica em torno do objeto pretendido, mas garantir concorrência em torno do atendimento de suas necessidades, o que se alcança através do presente edital.

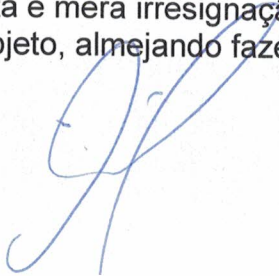
Inobstante, não se pode olvidar que, em razão dessas especificações, necessárias à consecução do interesse público, nem todas as interessadas em contratar com o Poder Público gozarão de condições para satisfazê-las, noutras palavras, disporão de equipamentos compatíveis, de forma que a "restrição", in casu, torna-se legítima, no desiderato de que, conforme o entendimento doutrinário transcrito alhures, a Administração Pública adquira um equipamento que venha, de fato, a suprir as suas necessidades, sem precisar despendar maiores gastos para tanto.

Como já mencionado, o Termo de Referência foi elaborado com base em ampla pesquisa de mercado. Com relação ao item questionado existem diversas marcas de renome que possuem tais características.

Dada as peculiaridades do objeto, verifica-se que existem poucas marcas ofertadas no mercado ao compararmos com outros produtos. Nesse sentido, desta forma informamos que em pesquisa rápida verificamos pelo menos 3 marcas que atendem ao descritivo, ou seja, diferente do que a impugnante alega.

Desta forma, não há o que se falar em restrição a competitividade, tendo em vista a pluralidade de marcas disponíveis no mercado.

Assim, o que se constata é mera irresignação de uma licitante que não atende as especificações do objeto, almejando fazer com que o Poder Público se



adeque dentro de suas especificações a fim de que possa participar do certame.

Caso fosse permitido que as empresas determinassem as características, não haveria necessidade de processo licitatório. Portanto, o fato de uma empresa não possuir equipamento com as características determinadas no edital, isso não importa em dizer que a licitação está direcionada. Até porque, outras licitantes, de renome nacional e internacional, possuem tal equipamento.

É literalmente impossível determinar um descritivo que possibilite que todas as marcas e fornecedores existentes no mercado tenham o produto e as mesmas especificações, até pela grande diversidade de equipamentos e destinações que se dá a este.

Deste modo, em que pese o esforço da impugnante em demonstrar suas razões, verifica-se que não há motivo para que o edital seja alterado.



Deonir Caldato
Secretário de Viação, Obras
e Serviços Urbanos
Decreto Municipal 20.382/2024